

Apoio:
Biblioteca Nacional de Portugal

Realização:



O IHC é financiado por fundos nacionais através do FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020, UIDP/04209/2020 e LA/P/0102/2020



O CHSC é financiado por fundos nacionais através do FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto UIDB/00331/2020



ORGANIZAÇÃO

CEIS20

Centro de Estudos Interdisciplinares
da Universidade de Coimbra

CHAM-NOVA FCSH

Centro de Humanidades
da Universidade Nova de Lisboa

CHSC-UC

Centro de História da Sociedade e da Cultura
da Universidade de Coimbra

IHC-NOVA FCSH

Instituto de História Contemporânea
da Universidade Nova de Lisboa

PPGH-UFG

Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal de Minas Gerais

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES

✉ hppcmdlp@gmail.com

A participação é gratuita, mas sujeita à inscrição
Inscrição aberta na modalidade online e presencial
Serão emitidos certificados de participação

<https://www.facebook.com/historiadaspedagogias/>

COLÓQUIO INTERNACIONAL

LUGARES E PRÁTICAS HISTORIOGRÁFICAS

EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO E CULTURA IMPRESSA

16 E 17 DE FEVEREIRO DE 2023

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (LISBOA)

📍 CAMPO GRANDE, 83
METRO: ENTRECAMPOS
OU ALVALADE



APRESENTAÇÃO

As interseções nos campos da Educação, Património e Cultura Impressa e seus desdobramentos para a escrita da História são o tema central do encontro que reúne educadoras/res, investigadoras/res, centros de pesquisa e organizações da cultura de Portugal, Brasil e Cabo Verde nos dias 16 e 17 de fevereiro na Biblioteca Nacional (Lisboa).

Este I Colóquio Internacional Lugares e Práticas Historiográficas: Educação, Patrimônio e Cultura Impressa tem como objetivo aprofundar reflexões e sistematizar problemas e debates contemporâneos envolvendo o ensino da História, a construção material do conhecimento em língua portuguesa e seus interditos, os usos do passado colonial e os caminhos possíveis de produção e circulação de materiais escolares e didáticos, a partir do diálogo entre temporalidades e geografias conexas.

“Memória e Mentira” é o tema da conferência de abertura a proferir pelo historiador Fernando Catroga (Universidade de Coimbra).

A programação estrutura-se em dois momentos. No primeiro dia (16/2), as/os autoras/es são convidadas/os a discutir questões reunidas nos painéis: “Como ensinar o passado anticolonial?”; “A circulação da cultura impressa: o que as experiências surpreendem nas bordas dos discursos e sínteses?”; “Usos do passado colonial: como as comemorações reescrevem a História?”.



As/os comentadoras/es e o público são incentivadas/os a propor novos problemas e a colaborar para o desenvolvimento das reflexões apresentadas. Os resultados destes grupos de trabalho serão publicados em livro, seguindo a proposta de elaboração e de circulação pública do conhecimento.

No dia 17/2, será lançada a Rede Internacional de História das Pedagogias, Patrimônios Culturais e Materiais Didáticos em Língua Portuguesa, aberta à participação de educadoras/res, investigadoras/res, mediadores/as culturais e estudantes interessadas/os em contribuir para os mais diversificados espaços da Cultura e do Ensino em torno dos temas propostos e em permanente elaboração.

Em correlação com os objetivos da Rede, será realizada a Conferência “A Representação da Europa nos ensinamentos Básico e Secundário cabo-verdianos”, pelo historiador Osvaldino Monteiro (Universidade de Cabo Verde).

Da parte da tarde, os manuais ou livros didáticos são o foco da mesa-redonda “A Historiografia escolar em diálogo: Portugal – Cabo Verde e Brasil”.

O Colóquio encerra com a Conferência e debate do tema “Raça e racismo ‘na mais antiga nação da Europa’: Itinerários para o Estudo da História Pública e Escolar”, proferida pela socióloga Marta Araújo (Universidade de Coimbra).

PROGRAMA

16/02

9H30 Sessão de abertura

10H-11H

Conferência “Memória e Mentira”,
por Fernando Catroga (CHSC-UC)

Moderação e comentários por Adelaide Gonçalves
(UFC-ENFF)

11H15-13H Painel 1:

Como ensinar o passado anticolonial?

Moderação e comentários por Samira Miranda
(Uni-CV) e Danilo Santos (ME-CV)

–“Os povos dependentes despertaram para a luta de libertação”. Para uma leitura dos movimentos de independência das colónias portuguesas nos manuais de História lusos (1975-2017)
por Clara Serrano (CEIS20) e Sérgio Neto (CEIS20)

Diversos historiadores têm sublinhado a importância dos manuais escolares e, sobretudo da disciplina de História, para a construção das percepções políticas, sociais e culturais dos mais jovens, assim como para a prática da cidadania. Na verdade, este instrumento literário permeia a experiência quotidiana, constituindo-se como fonte imprescindível para entender a ideologia dominante desta e daquela sociedade.

Tendo presente estas premissas, este texto pretende estudar de que modo os movimentos de libertação das ex-colónias portuguesas (Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique) foram representados nas diversas gerações de manuais de História vindos a lume após o 25 de Abril. A análise incidirá no texto, nas fontes escolhidas pelos autores (textos e iconografia), de modo a perceber as continuidades e rupturas.

-“O povo deve conhecer o seu passado”. O lugar da História de África e da História da Guiné e Cabo Verde no ensino no decurso da luta pela independência, por Julião Soares Sousa (CEIS20)

A luta de libertação nacional foi, indubitavelmente, um dos acontecimentos mais marcantes do século XX. Sabretudo, por ter visto a emergência das lutas pela independência contra o domínio colonial europeu. Não foi, contudo, um fenómeno inócuo. Foi um processo que tinha como fim último a transformação radical da estrutura colonial e a sua substituição por uma nova sociedade. No fundo, pretendia ser uma autêntica revolução, no verdadeiro sentido da palavra. Essa revolução deveria culminar na emergência de um novo combatente, de Homem Novo e de uma sociedade nova. O texto, cujo título se propõe, pretende analisar o lugar de uma disciplina como a História no ensino ministrado nas escolas de um movimento de libertação – PAIGC – num contexto como o da luta armada contra o colonialismo português.

-“Vou aprender a ler, pra ensinar meus camaradas”. Ensinar o passado, olhar para o futuro e construir imaginários políticos na Guiné-Bissau independente, por Mélanie Toulhoat (IHC-NOVA FCSH-IN2PAST)

Esta comunicação centra-se em projetos emancipatórios de alfabetização desenvolvidos na Guiné-Bissau após a sua independência. O Ministro da Educação Mário Cabral apoiou durante a segunda metade dos anos 1970 diversos projetos pedagógicos inovantes com o objetivo de descolonizar efetivamente as práticas educativas. O Instituto de ação cultural (IDAC), fundado em 1971 pelo educador brasileiro Paulo Freire e demais colegas brasileira/os no exílio em Genebra, foi convidado por ele a contribuir a seu Plano nacional de alfabetização. Neste âmbito, equipas bissau-guineenses e estrangeiras criaram materiais didáticos fundamentados em práticas de campo, intercâmbios e construção coletiva dos percursos de alfabetização no âmbito de “Círculos de Cultura” reinventados no contexto guineense. A partir da análise cruzada de diferentes fontes, abordaremos o papel destas práticas emancipatórias e coletivas durante a segunda metade dos anos 1970, entre representações do passado, denúncias do sistema educacional colonial e projeções para o futuro.

13H-14H30 Pausa para almoço

14H30-16H15 Painel 2:

A circulação da cultura impressa: o que as experiências surpreendem nas bordas dos discursos e sínteses?

Moderação e comentários por Clara Isabel Serrano (CEIS20) e Mélanie Toulhoat (IHC-NOVA FCSH-IN2PAST)

-Para a história da circulação de livros e leituras libertárias entre Portugal e o Brasil nos séculos XIX e XX, por Adelaide Gonçalves (UFC-ENFF) e Allysson Bruno (Uece)

O internacionalismo é um fundamento do movimento libertário e estimulou os seus militantes à manutenção de redes de correspondência, que puseram em contato grupos e indivíduos de vários países. Além da mobilidade de pessoas e ideias, por meio de excursões de propaganda, da imigração ou na situação-limite do exílio político, a correspondência possibilitou a integração de agrupamentos além fronteiras. Neste quadro, a circulação de livros e de práticas de leitura entre Portugal e o Brasil têm importância acentuada. Este trânsito, se usual em tempos de liberdade política, ajudou a manter viva a atividade dos anarquistas nos períodos ditatoriais, na clandestinidade obrigatória às ideias proscritas. Nos tempos de repressão e censura o vai-e-vem de cartas, boletins, publicações diversas e livros fortaleceram as laços entre os militantes, bem como deram suporte à sua (in)formação e possibilitaram novas modalidades de leitura no teatro, nos saraus, nos salões operários. Em sua imprensa, é de destaque a fixação de um objetivo nuclear quanto à escrita da História e formação de Acervos e Bibliotecas. De relevo também a criação de grupos editoriais, do trabalho primoroso, em certos casos, da edição e da fixação de um repertório internacionalista, com o esforço notável de tradução. Objetivamos destacar aspectos dessa circulação desde finais do oitocentos, quando livros e jornais impressos em Portugal e no Brasil fortaleciam as práticas de leitura nos círculos militantes, a meados do século XX, quando do Brasil partiam impressos que desafiavam a censura e a ditadura salazarista.



-A História sob “generoso tronco lusitano”: convergências políticas e intercâmbios luso-brasileiros na cultura escrita em contexto autoritário, por Nuno Medeiros (FLUL-CEComp), Mariana Tavares (FIOCRUZ) e Gisella Amorim (FLUL-CEComp)

Esta comunicação propõe uma incursão pelos meandros da cultura escrita luso-brasileira no século XX. Procuramos identificar e analisar diversas perspectivas sobre as relações que circundam e compõem o universo editorial, tais como redes de sociabilidade, formas de escrita, processos de organização, materialização, produção e divulgação dos materiais impressos. Explora-se o uso estratégico dos materiais impressos sob a égide de governos autoritários e nacionalistas, no Brasil e em Portugal, por meio da instrumentalização de livros, periódicos e outros materiais com vistas a atender ao nacionalismo de Estado, quanto ao pan-lusitanismo. Neste sentido, é um espaço para se analisarem livros e outros materiais impressos publicados em Portugal e no Brasil que tinham o propósito de formar uma língua em comum e trazer o livro como instrumento capaz de assegurar o “desenvolvimento civilizatório” almejado, circulando entre os dois espaços editoriais e linguísticos. Em diálogo com esta perspectiva encontram-se as estratégias para forjar uma espécie de cultura histórica, direcionando e instrumentalizando também a memória comum entre os dois países. Alguns intelectuais (incluindo editores) funcionaram como artesãos dessa memória histórica, construíram e dialogaram com a historiografia da época valendo-se, para tanto, da cultura escrita. Outro aspecto a ser abordado são os espaços de memória, tais como arquivos, museus, assim como as seções administrativas do governo que dinamizaram e orquestraram essa divulgação, criando mecanismos e facilidades, intercâmbios intelectuais e serviços culturais.





-As muitas faces da correspondência: escrita da História e cultura impressa em itinerários epistolares atlânticos,
por Débora Dias (CHAM-NOVA-CEIS20)

Fenômeno quase contemporâneo do aparecimento da escrita, o uso da correspondência cresceu com o advento da Modernidade, não alheia à aparição e ao desenvolvimento da imprensa. Esta tendência revela duas faces só aparentemente contraditórias: se, por um lado, ela expressa uma maior afirmação da subjetividade, privatização e burocratização da vida, por outro lado, ela também é uma consequência do aumento da comunicabilidade no intercâmbio, quer no campo da partilha de sentimentos, quer no das ideias e negócios políticos e econômicos.

Esta comunicação se estrutura em duas partes. Inicialmente, busca refletir sobre a epistolografia como gênero em relação com o fazer historiográfico e a cultura impressa, a partir de casos de referência na virada do século XIX para o XX, em um panorama que está a ser melhor estudado. Nesse momento, interessa levantar fragmentos da epistolografia atlântica entre historiadores e para a historiografia. Na segunda parte, traz um estudo de caso que testa possibilidades de reflexão, em meados do século XX. Trata-se da correspondência de dois professores, também historiadores, elaboradores de currículos e formadores de docentes, no Brasil e em Portugal: o brasileiro João Cruz Costa e o português Joaquim de Carvalho. Em 331 cartas, as muitas faces da correspondência operaram por vezes em simultâneo: são leitores e colecionadores do gênero, construíram uma intimidade por escrito não somente a partir do diálogo de ideias, que incluiu questões do fazer historiográfico, bem como a consciência de que produziam fontes para a posteridade, mas também na cumplicidade própria dos perseguidos e em enfrentamentos antiautoritários.

16H15 -16H45 Pausa para café



16H45-18H30 Painel 3:

Usos do passado colonial: como as comemorações reescrevem a história?

Moderação e comentários por Victor Barros (IHC-NOVA FCSH-IN2PAST) e Sérgio Neto (CEIS20)

- “O Brasil como promessa de uma ordem moral”: o bicentenário da Independência na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro,
por Ana Paula Sampaio Caldeira (PPGH-UFGM)

Talvez seja um lugar comum dizer que as efemérides são momentos que convidam a pensar o próprio país a partir da sua história. Quando uma efeméride é comemorada em um momento de crise, como foi o caso do Bicentenário da Independência do Brasil, celebrado em setembro do ano de 2022, esse convite à reflexão parece que se reforça. Assim, na ocasião, foram promovidas uma série de ações editoriais, acadêmicas e por parte das instituições culturais brasileiras que visavam não apenas lembrar essa data, como também constituir balanços da história nacional com vistas a pensar futuros possíveis. A questão que propomos abordar nesta comunicação é: quais foram as escolhas de uma instituição como a Biblioteca Nacional para a ocasião? Que narrativa uma das mais importantes e antigas instituições de memória brasileiras constituiu sobre o bicentenário da independência, sobre os duzentos anos de história do país e sobre a própria instituição? Buscaremos mostrar que a Biblioteca Nacional brasileira pode ser tomada como um caso exemplar da execução de um projeto político-cultural promovida por grupos de extrema direita, monarquistas e católicos no interior das instituições públicas brasileiras. Para isso, trataremos do enfoque dado pela instituição à efeméride do bicentenário a partir de três eixos: 1) a ideia de “resgate do Brasil”; 2) a significação dada a determinados personagens da história pátria e 3) a tentativa de construção de uma história moral do Brasil.

-Tempo da história, tempo do luto: sadismo e necropolítica na comemoração do bicentenário da Independência do Brasil de Portugal,
por Douglas Attila Marcelino (PPGH-UFGM)

A comemoração brasileira do Sete de Setembro de 2022, em sua encenação ritual, dramatizou toda uma versão da história do país. Essa versão, em certo sentido, foi marcada por uma temporalidade típica da historiografia moderna, tal como entendida por Michel de Certeau, ou seja, pela separação entre presente e passado. Um passado que a historiografia “honra e elimina”, segundo o historiador francês. Nesse sentido, trarei questões sobre a temporalidade daquele evento considerando também a historiografia e certas práticas de luto. O argumento é que a pulsão de morte das cerimônias oficiais e aspectos do gestuário bolsonarista vinculam-se a uma espécie de mortificação do passado, tornado um objeto a ser celebrado, sem mais vínculos com o presente.

A temporalidade da comemoração será confrontada com perspectivas historiográficas mais recentes, que apontam uma outra leitura do luto e da temporalidade do evento na história. Essas perspectivas chamam a atenção para os espectros, os fantasmas que permanecem, as repetições, o luto como inacabamento. A pulsão de morte das comemorações também pode ser compreendida por meio da categoria “necropolítica”. Nelas, percebemos a retomada de uma forma de soberania que apostava no poder de fazer morrer. Assim como em regimes dos anos 30 e 40, tanto uma biopolítica quanto formas antigas de soberania foram encenadas nos rituais oficiais. Para enfrentar esses problemas, realizarei uma espécie de “descrição densa” do evento comemorativo, inspirando-se no modo como a noção foi compreendida por Clifford Geertz. O foco da análise será o desfile cívico de Brasília, que ficou de lado na maioria das análises, mais centradas nos discursos e na repercussão da comemoração.



-De Brasília a Sagres: a participação de Juscelino Kubitschek nas comemorações do V centenário de morte do Infante Dom Henrique (1960),
por Sarah Luna de Oliveira (CHSC-UC)

Após as duas guerras mundiais, assinalamos uma sobrevalorização da presença brasileira nas festas cívicas portuguesas justificada por um alto investimento simbólico e por projeções de fortalecimento das laços luso-brasileiros naquele cenário internacional. Com o propósito de dinamizar a concretização da Comunidade Luso-Brasileira e de enfrentar os desafios lançados pela comunidade global à preservação do imperialismo estadonovista, os representantes portugueses convidaram Juscelino Kubitschek para integrar a comemoração do V centenário do Infante D. Henrique na qualidade de coanfitrião. Por sua vez, o presidente brasileiro aproveitou a ocasião para propagandear a fundação de Brasília “como a continuação de Sagres” e apresentar os “progressos” do seu governo como desdobramentos da obra civilizatória do Infante Dom Henrique. Nosso objetivo consiste em analisar o impacto concreto das comemorações henriquinas na dinâmica das relações entre os dois países atlânticos.



-Contestar estátuas comemorativas do passado colonial, entre Lisboa e Rio de Janeiro, por Sílvia Adriana Barbosa Correia (FLUP-UP) e Gabriela Azevedo (FLUP-UP)

De 2019 a 2021, protestos que contestam a narrativa oficial da colonização tiveram como alvo monumentos em Portugal e Brasil. Estátuas de Antônio Vieira (em Lisboa, inaugurada em 2017) e de Pedro Álvares Cabral (no Rio de Janeiro, inaugurada em 1900) foram alvo da expressão da indignação. Na capital da ex-metrópole, com tinta vermelha; na ex-colônia, com fogo; ambos os elementos alusivos ao processo colonizador. Segundo Walter Benjamin, os monumentos condensam uma perspectiva linear e vencedora da história. A sua contestação relaciona-se, portanto, à valorização da memória dos oprimidos, que se opõe à permanência, no presente, de restos monumentais de passados violentos. A presente comunicação investiga comparativamente o significado dos protestos a uma narrativa, até então, mais ou menos “estável” sobre uma relação colonial. Erguidas em contexto pós-colonial, procura-se compreender o que subjaz às construções mitológicas em torno do passado colonial e sua persistência monumental. Por outro lado, identificar a resignificação desses lugares num quadro mais recente, tomando os protestos para discutir seus impactos nos processos de construção política de subjetividades oprimidas no pós-colonização. Por fim, pretende-se colocar o dedo na “ferida histórica”, nomeada por Dipesh Chakrabaty, que grassa no espaço público dos dois países.



17/02

10H-11H30 Lançamento da Rede Internacional de História das Pedagogias, Patrimónios Culturais e Materiais Didáticos em Língua Portuguesa.
Objetivos, calendário e modos de participação.

11H30-12H30 Conferência “A Representação da Europa nos ensinos Básico e Secundário cabo-verdianos”,
por Osvaldino Monteiro (Uni-CV)
Moderação e comentários por Julião Soares Sousa (CEIS20)

A independência política dos territórios africanos que estiveram sob a dominação colonial não deve ser confundida com o fim de todas as formas de influência ou mesmo de dominação. No campo da educação, valores, pontos de vista e formas de seleção e organização do conhecimento europeu podem ainda estar visivelmente presentes nos sistemas educativos de muitos destes países. A análise de como a Europa se encontra representada no sistema educativo cabo-verdiano, isto é, como a política educativa e as ferramentas curriculares nacionais constroem a ideia, o conceito e a imagem da Europa, vislumbra-se como um campo de estudo relevante, dentro deste contexto.

Assim, recorrendo aos contributos de estudiosos das teorias de representação, representações sociais e estudos culturais, erigiu-se o presente projeto de investigação que tem como objetivo fundamental analisar comparativamente as “representações” da Europa incorporadas nos manuais escolares dos Ensinos Básico e Secundário Cabo-verdiano com as representações do mesmo continente que os alunos do 12º ano manifestam, utilizando metodologia mista, repartida entre a pesquisa qualitativa baseada na revisão teórica da literatura especializada e análise de manuais e a pesquisa quantitativa com recurso à aplicação de questionário.

Concernente aos principais resultados da análise dos manuais, verificou-se que, não existem evidências que apresentem matrizes diferenciadoras da conceção da Europa incorporada no sistema educativo cabo-verdiano. Constatou-se que os manuais dos finais da década de 80 e 90 do século passado incorporam poucas referências explícitas à Europa. Os atuais, depois de 2019, trazem um grande manancial de imagens, figurinos, fotos reais e referências textuais que representam o continente europeu como entidade monolítica, de tranquilidade, de paz, abraçadora dos grandes desafios das sociedades atuais como a promoção da diversidade cultural, a luta contra o racismo, etc. Os fatos históricos europeus potencialmente controversos são apresentados numa perspetiva que realça situações positivas do referido continente.

Os alunos concebem a Europa como continente rico, desenvolvido e avançada; os europeus como diferentes, espertos, inteligentes e, em menor proporção, racistas e manipuladores; a vida na Europa é maioritariamente concebida como boa, normal; as culturas europeias são fascinantes, giras; a paz na Europa é muito prezada, estável e eficaz; os governos europeus são organizados e preocupados com o povo. Os alunos da Mindelo admitem, na maioria, que já ouviram falar da Parceria Especial e que ela é útil para a mobilidade. Os de Santa Catarina praticamente desconhecem a parceria especial. De entre as várias conclusões do estudo, adianta-se que os manuais analisados não incorporam grande quantidade de conhecimentos e informações que permitem aos alunos construírem as representações que demonstraram.

12H30-14H

Pausa para almoço



14H-16H Mesa redonda Historiografia escolar em diálogo: Portugal, Cabo Verde e Brasil

Moderação e comentários por Sarah Luna de Oliveira (CHSC-UC)

**-O eurocentrismo nos programas e manuais escolares de História em Cabo Verde,
por Danilo Santos (ME-CV)**

Nesta comunicação pretende-se fazer uma reflexão em torno dos atuais programas e manuais de história em Cabo Verde. Nestes programas e manuais não só os conteúdos estão centrados na Europa como o próprio conhecimento histórico é eurocêntrico, isto é, toda a explicação histórica é apresentada a partir da Europa (Occidental). Os conteúdos e o próprio conhecimento do continente africano ou mesmo do arquipélago de Cabo Verde estão marginalizados. As últimas reformas e revisões do sistema educativo e, sobretudo, do currículo nacional, são justificadas pela “modernização” e “desenvolvimento” e isso tem aproximado, cada vez mais, os programas e manuais de Cabo Verde ao modelo europeu, principalmente, português.

**-A História de Cabo Verde nos manuais escolares,
por Samira Miranda (Uni-CV)**

Na perspetiva de vigilância epistemológica a apresentação procura especificar como alguns temas de História de Cabo Verde são abordados no manual do 5º ano (Ensino Básico) de História e Geografia de Cabo Verde (HGCV). O principal objetivo é examinar como o manual representa determinadas conhecimentos historiográficas. Logo, como objetos e fontes de pesquisa, foram analisados programas, planificações e o respetivo manual, que são referências, instrumentos pedagógicos e didáticos na formação dos alunos. Foram levantadas as principais temáticas sobre a história de Cabo Verde lecionadas na disciplina de HGCV 5º ano, embora, mereceu a nossa atenção as temáticas contidas no manual do 6º ano de HGCV.

Nas temáticas apresentadas nos respetivos manuais estão respetivamente estruturadas, numa sequência cronológica e histórica, demarcadas distintamente sobre os processos históricos referentes à colonização em Cabo Verde e o período pós-independência. A escolha dos respetivos manuais deve-se às seguintes razões: por ser estes que abordam diretamente os conteúdos de História e Geografia de Cabo Verde; são os mais recentes, produzidos em 2018; e as mesmas se encontram em uso. A essas razões, se somam as experiências de lecionação associadas às respetivas temáticas integradas nos manuais, embora nos outros níveis do ensino.

Na sequência, foi feita uma seleção e estruturação de aspetos que divergem ou estão destoantes com os resultados da investigação histórica atual, sugerindo também a integração de aspetos ou temas ausentes nos respetivos manuais escolares que podem ser enquadrados nesses níveis de ensino.

Todavia, duas dimensões de análises foram definidas: (i) os manuais e a problemática da descoberta das ilhas de Cabo Verde, por ser um assunto ainda muito recorrente na historiografia Cabo-verdiana, inseridos também nos manuais de uma maneira muito narrativa, passiva, acrítica e consensual; e (ii) História, Narrativas Contemporâneas e Construção da Memória Pública da Escravatura em Cabo Verde, por constituir um campo de estudo a ser explorado no ensino da história da escravatura em Cabo Verde, e poder inovar o tema nos diferentes níveis do ensino escolar. É nosso propósito atribuir maior atenção às temáticas que abordam fatos históricos de grande relevância para a história nacional, e inovar essas temáticas nos diferentes níveis do ensino escolar.

**-As Aprendizagens Essenciais e os manuais escolares de História,
por Marta Torres (MARE-NOVA) e Miguel Monteiro de Barros (HH-NOVA FCSH-IN2PAST)**

16H-16H30 Pausa para café

Considerando a visibilidade dos discursos políticos, institucionais e académicos sobre diversidade cultural, e o crescente reconhecimento público da persistência do racismo na Europa, nesta comunicação indago sobre a sua relação com o ensino da história (pós)colonial, e, em particular, com os debates sobre raça e identidade nacional, memória e mobilização colectiva, produção e disseminação de conhecimento. Incidindo sobre o contexto português, analiso como o discurso da diversidade tem sido negociado e apropriado nas directrizes curriculares e manuais escolares do ensino obrigatório de história, e, especificamente, como as noções de raça e racismo estão a ser veiculadas naquela que é frequentemente caracterizada como ‘a mais antiga nação da Europa’. Resgatando processos recentes de mobilização colectiva em torno da história e memória dos projectos coloniais europeus, procuro estabelecer um diálogo entre a história pública e escolar que possa aprofundar a compreensão sobre como educamos sobre raça e racismo, traçando alguns itinerários possíveis para uma agenda de investigação interdisciplinar.



Organização:

Apoio:

Biblioteca Nacional de Portugal

Comissão Organizadora:

Ana Paula Caldeira (PPGH-UFMG) | Clara Isabel Serrano (CEIS20) | Débora Dias (CHAM-NOVA | CEIS20) | Douglas Attila Marcelino (PPGH-UFMG) | Julião Soares Sousa (CEIS20) | Mélanie Toulhoat (IHC-NOVA FCSH-IN2PAST) | Sarah Luna de Oliveira (CHSC-UC) | Sérgio Neto (CEIS20).

Comissão Científica:

Adelaide Gonçalves (UFC-ENFF) | Ana Paula Coldeira (PPGH-UFMG) | Clara Isabel Serrano (CEIS20) | Danilo Santos (Uni-CV) | Débora Dias (CHAM-NOVA | CEIS20) | Douglas Attila Marcelino (PPGH-UFMG) | Julião Soares Sousa (CEIS20) | Mélanie Toulhoat (IHC-NOVA FCSH-IN2PAST) | Osvaldino Monteiro (Uni-CV) | Samira Miranda (Uni-CV) | Sarah Luna de Oliveira (CHSC-UC) | Sérgio Neto (CEIS20).

